

**Duas guerras em narrativa e a memória como transmissão cultural:
uma leitura histórica do romance *A primavera voltará*
(Brasil, 1949)**

Caroline Aparecida Guebert

Doutoranda em História – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis,
Santa Catarina

Bolsista – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0001-6350-7595>

E-mail: carolineap.guebert@gmail.com

Resumo: Este artigo problematiza historicamente as encarnações da guerra no romance *A primavera voltará* (1949), que construiu encontros entre duas guerras (a dos personagens e a dos leitores), que marcaram – uma por vivência, outra por transmissão cultural – a geração da escritora Emília Dantas Ribas (1907-1978). Enfoca-se um salto operado na narrativa, no capítulo IV, que dá lugar a um romance histórico centrado no Cerco da Lapa, episódio da Revolução Federalista de 1894 no Brasil. Encontra-se vestígios das interfaces assumidas entre memória coletiva e literatura, que na época era valorizada pela capacidade de documentar a realidade regional/nacional. A partir da perspectiva metodológica disposicional da História Intelectual, objetiva-se situar um repertório de disposições sociais, ligadas ao catolicismo, magistério e cidadania pela assistência social, que atravessou as relações das mulheres de elite com a Segunda Guerra Mundial, bem como pontuar o cinquentenário da Revolução Federalista como evento na configuração intelectual paranaense dos anos 1940.

Palavras-chave: Literatura, Narrativa e Memória Coletiva; Segunda Guerra Mundial; Cerco da Lapa.

Two wars in narrative and memory as cultural transmission: a historical reading of the novel *A primavera voltará* (Brazil, 1949)

Abstract: This article historically problematizes the incarnations of war in the novel *A primavera voltará* [The Spring will Returns] (1949), which promotes encounters between two wars (the war of the characters and the war of the readers), which marked - one by experience, other by cultural transmission – the generation of the writer Emília Dantas Ribas (1907-1978). A leap made in the narrative, in chapter IV, create a historical novel centered on the “Cerco da Lapa”, episode of the Federalist Revolution of 1894 in Brazil, which keeps traces of the interfaces between collective memory e literature, then valued as a document of the regional/national reality. From the dispositional methodological perspective of Intellectual History, the objective is to situate a repertoire of social dispositions related to Catholicism, teaching, social assistance and citizenship, which crossed the relationships of elite women with The Second World War, as well point the fiftieth anniversary of the “Federalist Revolution” as an event in the intellectual configuration of the Paraná in the 1940s.

Keywords: Literature, Narrative and Collective Memory; Second World War; Siege of Lapa.

Texto recebido em: 23/10/2020

Texto aprovado em: 15/06/2021

Introdução

Em 1950, o Centro de Letras do Paraná, na época presidido pela escritora Leonor Castelhana, realizou um concurso de livros para premiar escritores locais. Um dos livros ganhadores foi *A primavera voltará* (editora Guaíra, 1949), romance escrito por Emília Dantas Ribas (1907-1978), em função do qual, no ano seguinte, ela se tornou sócia daquela instituição, em nome da qual, ao longo dos anos 1950 e 1960, atuou como porta-voz em eventos públicos, como: palestras radiofônicas em semanas literárias e efemérides pátrias da educação, da história e da literatura. Nos jornais, logo após a publicação do romance, Emília foi apreciada pelos pares como uma “distinta e dedicada dama beletrista”, conhecida por pertencer a uma “ilustre família” cidadina e, também, pelo seu trabalho no magistério¹ (GUEBERT, 2018, p. 3). Segundo a crítica veiculada nos jornais *O Dia* (Curitiba), *Jornal do Paraná* (Ponta Grossa) e *Diário dos Campos* (Ponta Grossa), o romance de sua autoria fazia um retrato dos Campos Gerais do Paraná, por meio de fatos comuns e personagens que não “são simples bonecos imaginativos: são figuras reais, sentidas, vividas e observadas unidos às recordações de anos passados (...) como registro social, da época em que viveu” (MONTALVÃO, 1951, p. 5). Sobretudo no seu capítulo IV, esse livro transforma episódios históricos reais da guerra em território paranaense, conhecida como “Revolução Federalista” (anos 1890), que eram culturalmente transmitidos pela família, pela escola e por monumentos memoriais e que ela transforma em elementos de narrativa literária, com linguagem própria.

Naquele período, dialogando com Murari (2002), um dos marcos sociais valorativos da obra literária passava pela sua capacidade de expressar a terra e a sociedade brasileiras, isto é, considerada pelo seu caráter documental, de interesse público e mesmo cívico, pela capacidade de capturar a realidade e de ensinar lições sobre ela. Reside nessas convenções certa intervenção pedagógica, quando muitos escritores se viam imbuídos da missão de transmitir valores e memória histórica pela literatura, considerando o texto como um ambiente de aprendizagem. Na configuração intelectual em que Emília estava situada, além de o romance regionalista ser um dos principais produtos do mercado livreiro nacional (SORÁ, 2010), o proselitismo regionalista era altamente valorizado pelas elites, funcionando como uma espécie de capital social e simbólico aos iniciados. Ser lida como “paranista” funcionava como um meio de inserção nas instituições letradas do estado, ainda que não apagasse as barreiras socialmente impostas para as

mulheres quanto às atividades literárias e outras. Em 1949, apesar de ser o ano de lançamento da *Revista da Guáira* (1949-1955), a Editora Guáira (Curitiba, 1939-1957), que segundo Gomes (2021), teve seu auge nos primeiros anos de 1940, estava no início de um período de decadência². Na trajetória da Guáira, especial atenção foi conferida “às questões internacionais que, entre 1930 e 1940, emergiram no debate em razão dos efeitos da I Guerra Mundial e da iminência da II Guerra (...) como a derrocada da política ocidental, o rearranjo das relações internacionais” (GOMES, 2021, p. 286), entre outras, que perfizeram os diversos gêneros e coleções de livros publicados.³

Partindo do pressuposto que complexas relações entre indivíduo e sociedade perpassam a produção literária, a atividade da escrita pode ser considerada como social e culturalmente marcada (LAHIRE, 2008, p. 166). O processo de criação e as dinâmicas de inserção, publicação e circulação, exigem certas competências (disposições) mais ou menos especializadas, que são históricas e em parte podiam ser ensinadas, aprendidas e subvertidas. Para jogar, era preciso conhecer algumas regras, que remetem aos processos de socialização, à razão prática dos escritores e às relações sociais de interdependências (atravessadas por relações de poder) na formação de redes, que mediam circuitos de pessoas e ideias, suas respectivas agendas, investimentos e conflitos em torno de projetos de carreira, memória, políticos etc., ao longo do tempo e do espaço. A história dos intelectuais dialoga com a história literária para pensar escritores e obras nas suas relações entre si e com temas, formas, materiais e linguagens, por meio de noções analíticas como trajetória, geração (ou experiência geracional), ethos, habitus, gênero, público leitor, mercado livreiro, mediadores, transferências culturais, entre outros, na busca por métodos capazes de situá-los em micro e em macrocosmos de interações e de repertórios.⁴

O sociólogo Bernard Lahire (2002) nos instiga a investigar como uma experiência narrativa e literária se relaciona com processos socializadores mais amplos, destacando a heterogeneidade dos processos de transmissão cultural, que são geradores de práticas no mundo social (e, em específico, na literatura), bem como dos variados usos dos “patrimônios de disposições” por parte de grupos portadores⁵. Nas sociedades contemporâneas, cada indivíduo está sujeito a uma pluralidade de forças sociais e contextos de ação, que não são necessariamente coerentes⁶. A memória incorporada e o senso prático são ativados de diversas formas, por exemplo, conforme a natureza (extraordinária ou comum) de algo a ser

realizado; a tensão ou oficialidade de uma situação; a importância social de um evento lembrado. Segundo Lahire, certas modalidades da escrita permitem ao indivíduo e-ou ao leitor retrabalhar simbolicamente o que lhe foi transmitido ou o que realizou de forma prática até então; pode servir como oportunidade para se distanciar de episódios da experiência (própria ou alheia), fazer balanços críticos, reforçando ou rompendo ideias e valores correntes, isto é, pode desempenhar um papel terapêutico frente aos dramas da existência, usando-os como fruição, inspiração e objeto, pode incorporar experiências individuais e coletivas, dar significado estético para o que parece estranho e até insuportável, e desempenhar papel de denúncia ou celebração. A literatura é uma fonte e um objeto repletos de especificidades para as ciências sociais, mas de acordo com essa perspectiva, não pode ser lida como desconectada da ação social. Especialmente a função narrativa, que torna as aporias do tempo produtivas num outro registro de linguagem (RICOEUR, 1991; LAHIRE, 2008).

Essas considerações norteiam a leitura do ponto de vista histórico, que este artigo propõe em torno do romance *A primavera voltará*, que trouxe para o debate público uma narrativa com pretensão literária (ficcional) e, segundo a hipótese aqui levantada, também memorialística. A problemática, variando as escalas do micro ao macro (REVEL, 2010), é a seguinte: o que esse texto tem de pragmático e performativo, quando o reposicionamos no momento de uma trajetória da memória coletiva sobre a guerra? De que maneira a autora produziu encontros entre duas guerras (a dos personagens e a dos leitores), que marcaram – uma por vivência, outra por transmissão cultural – a sua geração e o próprio reconhecimento do referido livro no início dos anos 1950?

Narrativa de *A primavera voltará*

Segundo Ricoeur (1991, p. 175), narrar “é dizer quem fez o que, por que e como, mostrando no tempo a conexão”. No modelo narrativo, o acontecimento participa da estrutura da operação narrativa, como fonte de discordância (quando surge) e de concordância (no que faz avançar a história como uma série causal). Isto é, há uma síntese entre o diverso dos acontecimentos - componentes díspares da ação, intenções, causas e acasos - e a unidade temporal (o encadeamento) do que é relatado (RICOEUR, 1991, p. 168).⁷

A narrativa resolve a seu modo a antinomia, de um lado, conferindo ao personagem uma iniciativa, isto é, o poder de começar uma série de acontecimentos, sem que esse começo constitua um começo absoluto, um começo do tempo, por outro lado, dando ao narrador como tal o poder de determinar o começo, o meio e o fim de uma ação. (...) A pessoa, compreendida como personagem de uma narrativa, não é uma entidade distinta de suas 'experiências'. Bem ao contrário: ela divide o regime da própria identidade dinâmica com a história relatada. A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar de sua identidade narrativa, construindo a história (RICOEUR, 1991, p. 176)

Tendo isso em vista, a identidade do personagem (quem faz a ação), baseia-se na transferência, para ele, da operação de intriga, que se aplica à ação. Por meio de recursos de unidade e articulação interna, “o personagem conserva ao longo da história uma identidade correlativa daquela da própria história” (RICOEUR, 1991, p. 171).

A narrativa de *A primavera voltará* parte de um espaço-tempo de exame e de memória (portanto subjetivado), contemplado com referência às práticas do catolicismo, ligadas a um “retorno a si mesmo” do ato confessional, daquele que age e que deve cuidar de si conversando consigo mesmo e com Deus ou diante de Deus. Vanira situa o leitor de que o relato está sendo feito da sua escrivãzinha, de modo que muitas memórias vão sendo expurgadas e, aos poucos, classificadas e formatadas em modo narrativo. Elas possibilitam uma revisão ou um "balanço" das experiências, como se o relato engendrado fosse um momento singular (um corte no fluxo) de uma vida dedicada aos outros (na qual esqueceu-se de si mesma).

No interior do livro, o capítulo IV constitui não só o maior em termos de número de páginas, mas também caracteriza uma janela própria na narrativa: incorpora uma experiência da família, acompanhando outra personagem central que a do restante do romance, neste caso, a mãe da narradora (Dona Aninha) assume o centro.

Espaço relatar uma experiência transmitida culturalmente, transforma-se o fluxo constante de eventos, tomando emprestado recursos das formas de exame e controle de outros (como a historiografia e o discurso cívico), assinalando um potencial de autoexame coletivo, como humanidade, como nação, como elite, a partir da incorporação de experiências alheias, que transcendem as gerações, ao conjunto de lembranças da narradora.

No capítulo IV, o relato é atravessado por um episódio histórico, o Cerco da Lapa e acompanha a mãe-jovem da narradora durante alguns dias dessa guerra

civil. Em páginas povoadas por uma memória dessa mãe que ela teria ouvido em relatos orais: não há uma enunciação de que a narradora estava imaginando a situação, mas sim um salto para esse passado, inclusive ao utilizar recursos narrativos da história que iniciam e criam o contexto. Os leitores são levados à cidade de Lapa no fim do século XIX para acompanhar Aninha em uma série de situações enfrentadas, especialmente, pelas mulheres da geração anterior à da narradora, lançadas ao centro. Nesse exercício, foram textualizados aspectos considerados relevantes sobre a Revolução Federalista e seus espaços, para compor um enredo e uma gama de personagens que não aparecem nos outros capítulos, a não ser no papel da mãe idosa e adoecida que necessitava de cuidados no momento presente da escritura. Feito pouco tempo após o término da Segunda Guerra Mundial, o livro sinaliza um imaginário profundamente marcado pelo horror associado à Guerra, engendrando uma espécie de “tomada de consciência” quanto a assuntos que eram considerados de relevância pública: a Guerra, os valores e modos de vida da sociedade campeira, a atuação das mulheres no passado e no presente.

O Capítulo IV promove, portanto, um salto temporal e espacial para dentro dessa história que as gerações seguintes estudavam nos manuais escolares paranaenses e que a autora transfere para a narradora como um acontecimento de peso a um só tempo familiar e coletivo. Esse exercício de memória é realizado por uma filha da geração que vivenciou o conflito, foi revestido de referências historiográficas mobilizadas para textualizar aspectos considerados relevantes sobre a Revolução Federalista e os espaços por ela envolvidos, para compor personagens que não aparecem nos outros capítulos, a não ser como uma mãe já idosa. O capítulo sinaliza um imaginário profundamente marcado pelo horror associado à Guerra, sendo que o texto nasceu pouco tempo após o término da Segunda Guerra Mundial. Encenando uma espécie de “tomada de consciência histórica” quanto a assuntos que eram considerados por ela de relevância pública, a autora frisa a importância de falar sobre a Guerra, de evocar valores e modos de vida da sociedade campeira, de pensar a República Brasileira e de valorizar a atuação das mulheres, tanto no passado, quanto no presente.

A narradora do romance é a própria personagem principal: a professora Vanira Conceição. A forma como os capítulos são amarrados, dotou a narrativa de um tom de diário íntimo, conferindo importância a várias mulheres (personagens coadjuvantes) e suas histórias de fundo. A narradora se defronta com materiais,

como cartas, fotografias, vestuário e depoimentos orais, que se transformam em vestígios que geram reflexão e inspiram a escrita, amarrados à sua busca pelo conhecimento de si e do outro, que a fazem recordar, repensar e mesmo reviver histórias de vida. A própria narradora define que “escreve para sobreviver”.

Não sei como pode o passado voltar tão nitidamente e, em mim, é a memória emotiva que predomina sempre; o que se passou a pouco tempo não ficou gravado em minha mente com a força e a impetuosidade das minhas primeiras recordações; só agora compreendo que, com o tempo, os neurônios vão perdendo a capacidade de receber formas novas, enquanto aquelas que se gravaram na infância resistem a tudo; são elas, para mim, como a hera verde agarrada ao barro mole que se solidificou; para arrancar a hera, seria preciso que se esmigalhasse [sic] em pó os torrões endurecidos pelos anos.

O que sei é que estou revendo a sala de aula do terceiro ano e Regina, minha colega de banco, não esqueço aquela permanente expressão de desconfiança (RIBAS, 1949, p. 78).

A narrativa surge como um dos meios para enfrentar as surpresas e os perigos da condição humana, “mas também para remediar a insuficiente aceitação (...) dessa condição (...) ferramenta para colocar ordem na experiência, para forjar uma espécie de continuidade entre o presente, o passado e o possível” (BRUNER, 2005, p. 110. *Apud.* LAHIRE, 2008, p. 170, tradução livre).⁸ A temporalidade do romance não é linear: há, ao longo do livro, ao menos quatro tempos sobrepostos (infância, juventude e velhice de Vanira, e, ainda, o tempo histórico), que são mobilizados pelo fluxo de consciência da personagem-narradora central, atormentada por memórias e por transformações da sociedade.

Segunda Guerra Mundial, mulheres e humanitarismo

A guerra mundial deixara cicatrizes profundas e os homens restabeleciam-se em atmosfera de confiança, certos de que haviam sepultado os últimos restos da preponderância racista dos pretensos arianos. Os povos alicerçavam a moral no exemplo e a tendência ao nivelamento dos sexos para uma igualdade necessária, fixava os contornos de uma vida nova. O mundo ressurgia da hecatombe, amplo de uma fê ilimitada nos destinos da Civilização (RIBAS, 1949, p. 83).

A personagem-narradora do romance é uma mulher de elite, expressando anseios envoltos pelo imaginário da Guerra. Os temas da Guerra, da destruição material e espiritual, da doença, do sofrimento e da morte estiveram fortemente

presentes nas paisagens e nos corpos retratados no livro. Ao longo do capítulo, ganham vida testemunhos de uma guerra que foi extremamente sangrenta nas trincheiras paranaenses. Essa era uma estética já evocada, por exemplo, nos textos historiográficos de David Carneiro, mas que o formato literário permitiu uma encarnação particular, de sensações do estado de sítio, de imagens das ruas militarizadas, dos odores dos bueiros, dos barulhos das armas, dos corpos putrefatos etc. Essa estética sangrenta invocava uma ideia decadente da Guerra e dos seus horrores, que menos do que celebrar heróis corajosos, apresenta “leituras da humanidade” que misturava elementos de formação moral católica com os mais novos pressupostos dos Direitos Humanos (da “Declaração dos Direitos Humanos” lançada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1948), que circulou em revistas nacionais e estrangeiras.

O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis surgiu como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum (NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 1). Indicativo de esforços de conscientizar possíveis leitores sobre esses assuntos. A narradora, contudo, direciona-as para um retrato social do interior do Paraná. A Igreja, os juramentos, os santos e a oração marcam fortemente a identidade das personagens, lado a lado com as relações de compadrio, usando de linguagem coloquial na representação de ambos.

Dentro de uma visão humanitária do mundo, o romance retrata uma prática cara às mulheres de elite dos anos 1940: o “maternalismo público”, veiculando uma narrativa de mulheres em papéis fora do lar, ocupando lugares públicos que, segundo Martins (2011) eram, sobretudo, as organizações caritativas, benemerentes e de assistência, que se constituíam paralelamente e em consonância com as ações do Estado.⁹ Mulheres de diversos países, buscaram modernizar e mesmo implementar a atuação feminina no espaço público por meio de conhecimentos profissionais que faziam uso da experiência acumulada no lugar social de mães. Em *A primavera voltará*, a maioria das personagens é envolvida nesse tipo de trabalho social (de cuidado e abrigo aos necessitados): médicas, professoras, enfermeiras e

Cáritas. O terreno do que então se chamava de ação social abrangia práticas voluntárias da caridade cristã, bem como as instituições de saúde e educação públicas, de formação de mulheres, de atenção à maternidade e à infância etc.

estamos em guerra. Pensei em seguir no primeiro navio que conduzia nossas forças para a Itália; mas há uma paralítica no meu lado. Seria a enfermeira de guerra desvelada, enxugando lágrimas e pensando [sic] feridos. Hitler lá está como uma fera distribuindo a morte e a inquietação.

(...) os pretensos arianos gritam pela superioridade. A Polônia sucumbiu martirizada e heroica. Outros povos vão sendo arrastados na conflagração geral e o nosso primeiro contingente de forças já está na Itália. Mas Churchill, sereno, enfrenta a situação e Roosevelt lá está como um dinamo, gerando força. Mas já há em minha cidade a primeira viúva de guerra; o marido lá ficou entre montanhas solitárias batidas pela neve. Mas se Zézinho for chamado? Não, não quero que vá (RIBAS, 1949, p. 176-177).

A personagem-narradora Vanira, enquanto mergulha em suas memórias, pensamentos e instintos, encontra (ainda que tentando esquecer-las) imagens da Guerra em andamento no presente da narrativa. Transbordando de ambiguidades as práticas de resiliência daquelas que vivenciaram a espera angustiante do retorno dos homens que foram lutar na Segunda Guerra; das que recebiam notícias em ritmo acelerado, via jornais produzidos em três turnos repletos de correspondentes de guerra; demonstrando a ansiedade e o receio quanto à possibilidade imediata de irmãos, maridos, filhos e amigos estarem sujeitos à convocação para o outro continente. Tais cenas soam cotidianas, familiares à Vanira, já que vinham atingindo a cidade que ela chama de “minha”.

Guerra civil do Cerco da Lapa e memória

A especificidade do capítulo IV em relação aos outros pode ser vista no modo como ele se inicia: com uma apresentação sumária dos acontecimentos históricos do fim do século XIX, num estilo diferente do restante do livro, como se fosse um livro que a narradora-personagem (Vanira), dentro do romance, estivesse escrevendo, pelo trabalho ao qual ela se dedica de sua escrivãzinha. O capítulo sobre o “Cerco da Lapa” aparece então como uma concretização dessa “meta-história”:¹⁰

Corria o ano de 1893 e no Brasil era enorme a confusão; a República que nascera na manhã de 15 de novembro de 1889, parece que de destinava a ser sepultada em sangue, em lama, em podridão. Os mesmos políticos que haviam lançado Floriano contra Deodoro, fomentavam a revolta da Armada, e a desordem ameaçava estender-se por todo o país. A revolução federalista estendia-se pelo RS, SC e PR, e os ‘maragatos’, bem armados, marchavam para as fronteiras de SP. Joca Tavares, Aparício e Gumerindo Saraiva, os três caudilhos audazes à frente de dez mil homens, seguiam destemerosos e a onda revolucionária estendia-se pelo país, ameaçando chegar até a Capital da nova República. Floriano teve uma só decisão: manter a ordem a todo o custo. Mas fracassara a expedição enviada a Sta Catarina e os revoltosos haviam instalado em Destêrro uma junta revolucionária. Floriano entregara então, ao coronel Gomes Carneiro, o comando da divisão de operações naquele estado e no PR. Numa madrugada fria, Carneiro recebera a ordem e sem titubear prepara-se para o embarque. Levava ordens que fixavam a cidade de Lapa como o lugar de onde devia iniciar as operações. De chegada organizou duas divisões (...) eram apenas 983 homens que deviam enfrentar 3 mil revolucionários aguerridos, mas Carneiro garantira a Floriano que não passariam adiante as forças rebeldes e não haviam de passar (RIBAS, 1949, p. 55-56).

Podemos perceber que a narradora lança a sua interpretação da história, já que não é nenhum personagem específico falando, mas ela buscando situar o leitor como numa passagem historiográfica.¹¹ Nesse ínterim, mantém e recria imagens tradicionais, como a seguinte: “A Lapa (...) fora escolhida para ser o sustentáculo da nova República” (RIBAS, 1949, p. 56); “As tropas que defendiam a Lapa lutavam como leões e a tiros, a sabre, a pontapés, foi o inimigo desalojado das casas que ocupava” (RIBAS, 1949, p. 70). Ou então: “A cidade heroica emergia das cinzas para a imortalidade. O sino plangia no dobre a finados, solene, e os vultos, pálidos, caminhavam silenciosos como fantasmas sobre sepulturas recentes” (RIBAS, 1949, p. 74).

O episódio do Cerco da Lapa ocupava um lugar privilegiado nas letras e na institucionalização da história do Paraná. Segundo Cordova (2007), parte da crítica documental a respeito das narrativas desse evento passa por apreender aspectos relacionais com os processos discursivos de produção da memória da “Revolução de 1894”, que exprimia, nos anos 1940, um tema canônico da história regional, reverenciado desde os escritores simbolistas e mais ainda pelos paranistas, ambos reconhecidos por ter construído uma identidade de cultura regional/nacional. As preocupações com esse passado estiveram entranhadas com a própria reconfiguração política local logo após o conflito e, sobremaneira, pela afirmação de uma unidade: a Revolução Federalista representava um argumento de aproximação

entre o Paraná e o governo central, no qual a memória mobilizada, tendo como episódio central o “cerco da Lapa”, serviu para a constituição de “heróis republicanos” que enfatizavam a contribuição da província (e depois do estado) à nação. Essa versão se consolidou como parte da feição característica (identitária) regional, na exaltação do que, na primeira metade do século XX, foi considerado requisito para a afirmação política e visibilidade do Paraná¹² (CAMARGO JUNIOR, 2018, p. 150).

A partir da criação do IHGPR, logo após a instalação de instituições congêneres nos estados de São Paulo e Santa Catarina, o passado adquiriu importância na discussão sobre a divisão territorial brasileira: vereditos sobre as posses das terras eram concedidos pelo reconhecimento da anterioridade da ocupação e pelo pertencimento cultural. A produção historiográfica e literária incorporou essas demandas da produção de uma memória que serviram de argumento para a definição dos limites geográficos com Santa Catarina, cujos estudos envolviam viagens (até Portugal e outros estados) para levantar documentos, destacando-se aí um cunho positivista de construção de um aporte histórico capaz de exprimir uma “verdade comprobatória”, entrando em jogo a legitimidade e a hegemonia de grupos que comandavam o Paraná (CAMARGO JUNIOR, 2018, p. 150). Tendo isso em vista, o Cerco da Lapa integrou os processos de estabelecimento das “vozes autorizadas” da produção do passado regional.

Diferentemente do que aconteceu no Rio Grande do Sul, onde a Revolta Federalista foi recalçada da historiografia, no Paraná, estes acontecimentos foram incorporados à memória oficial do estado. Não apenas nos conflitos, mas também no plano da narrativa, os federalistas foram derrotados, numa versão hegemônica em que o Paraná aparece como ator histórico fundamental para a estabilização da República. O cerco da Lapa passou a figurar como uma efeméride histórica, e com esse movimento, foram consagrados como heróis o General Carneiro e Idelfonso Correia, o Barão de Serro Azul (CAMARGO JUNIOR, 2018, p. 67).

Ao longo do século XX se desenvolveram diferentes formas de assimilação de influências, idéias e experiências ligadas à guerra entre maragatos e pica-paus: a diversidade na apreensão e reprodução das vivências tem relação com as diferentes formas de os agentes interpretarem suas trajetórias e as “heranças” de outras gerações. A partir de recursos próprios da ficção, esses eventos foram textualizados por Emília com vivacidade, numa interação detalhadamente descritiva. Ao situar pessoas comuns envolvidas de surpresa no conflito, fazia-se alusão à maneira como o evento envolveu grande parte da população em sua movimentação numa guerra

civil com número expressivo de mortos. Evidenciava-se à ocupação das cidades sitiadas (no caso de Curitiba, implicou a transferência da capital para Castro por alguns meses), o fechamento de jornais e revistas, entre outros elementos que exprimem traumas que marcaram (por vivência) a geração anterior à da própria Emília.

Emília escreveu num contexto específico de produção, uma vez que no fim dos anos 1940, repercutiram os trabalhos e a efeméride dos Cinquenta anos da Revolução Federalista, que, para além da celebrar a memória oficial, “quebrou” alguns padrões dominantes dos textos que circularam entre o limiar do conflito e a primeira metade do século XX. Durante esse período, sob o efeito de narrativas que se centravam em acontecimentos militares e políticos, na perspectiva da história dos “grandes homens” da região e da nação, com formas e conteúdos afeitos à épica histórica e à celebração da memória. David Carneiro (Curitiba, 1904-1990), o autor que mais reuniu e produziu material sobre o “Cerco da Lapa”, atuou no processo de estabelecimento desse evento como um marco histórico divisor, de caráter oficial da exaltação cívica paranaense, centrando seus argumentos na “corajosa e resoluta determinação dos combatentes de não capitular frente aos *invasores*”¹³. Naquela ocasião comemorou-se a memória histórica das tropas legalistas como defensoras da “unidade nacional”, mas em função de ter sido festejada durante a Segunda Guerra Mundial, o evento esteve repleto de anseios caros aos contemporâneos: o General Carneiro foi descrito como um símbolo para juventude brasileira, que então vivenciava a entrada do Brasil na Guerra junto aos países aliados, conforme a doutrina da solidariedade continental americana. Aquele passado militar e o sentimento de pertencimento a ele relacionado, portanto, estavam sendo ressignificados e reforçados em função de novos conflitos. Como parte da efeméride, ocorreu o *Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894*, a partir do qual foram publicados depoimentos até então inéditos de sobreviventes do “Cerco da Lapa”.

Em 1945, festejava-se a imagem de um Brasil harmonioso, assentado na moral cristã e na convivência pacífica entre as “raças”. O general Carneiro foi aclamado como espelho para a juventude que estava assumindo o “imperativo dos compromissos continentais”, ou seja, os que se uniam aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Os cinquenta anos da Revolução Federalista foram erigidos em símbolo de “unidade nacional”, no momento em que nações se aniquilavam na Segunda Guerra (MACHADO, 2012, p. 121-122).

Memórias como as de José Niepce da Silva (*Ecos da Revolução de 1893*), de participação na Infantaria, enfrentando as tropas revolucionárias, apenas divulgadas postumamente, registraram alguns detalhes, como o fenômeno da debandada das tropas legalistas, alguns pela primeira vez. Estudiosos buscaram conciliar essas memórias que vieram à tona (ou mesmo registrar outras que ainda não tinham lugar nas versões escritas) com os textos laudatórios da memorialística oficial. Estavam novamente em jogo as bases de legitimação da República como regime político do futuro. No caso aqui estudado, anunciava-se um futuro de uma República em que as mulheres continuassem a ocupar lugares públicos relevantes recentemente conquistados. Desde os anos 1930, atuou publicamente como defensora do voto feminino e impulsionadora das leitoras dos jornais para essa participação, reunindo expectativas em torno da Nova República. Já no contexto da redemocratização, no pós-1945, os textos se referem a dúvidas quanto ao futuro, e a certa melancolia representada na “Casa Branca” da infância.

“Testemunhas eloquentes de todo o sangue”

Dialogando com e fazendo um uso da memória histórica dominante (oriunda de processos não lineares), que era o traço épico, em *A primavera voltará* o passado foi (re)pensado, do lugar de fala da narradora, mobilizando memórias contrastantes. Após situar o leitor historicamente, passa a narrar um episódio enfrentado pelos seu país. A intriga dos militares se cruzara com a intriga de uma jovem mulher e mãe tentando salvar seu filho doente. A narradora não demora para operar uma inserção da sua família na narrativa do episódio em curso:

Nas proximidades de Lapa meu pai empreitara a construção de uma ponte e lá estavam ultimando os preparativos para se estabelecerem por uma longa temporada. (...) Casados a pouco tempo, com um filho de quatro meses, a felicidade sorria-lhes e, sentados no banco rústico defronte ao rancho, olhando o sol que, em penachos de outro, sumia-se no horizonte, papai tomava nas rudes mãos de trabalhador os braços mornos de mamãe e exclamava: O mundo é nosso, Aninha. (...)

Numa dessas noites que antecederam a tragédia, Aninha estava só no rancho recém construído, pois Joaquim viajara a negócios, quando o Juca acordou diferente (...) Moça e inexperiente, assustou-se e altas horas da noite bateu no rancho do feitor. – ‘Seu’ Julião – chamou desesperada – meu menino está passando mal. (...) a senhora agasalhe bem o menino, enquanto vou arrumar a carroça. Ela correu desesperada para aquecer o leite e na pequena mala de

mão colocou o indispensável para a viagem que deveria ser de apenas um dia, mas que os desígnios da sorte haviam de marcar como a época mais intensa e mais vivida do destino daquelas criaturas (RIBAS, 1949, p. 56-57).

Após o filho do casal acordar inchado e com vermelhidão pelo corpo, Aninha, que se encontrava sozinha no “meio do mato”, consulta o feitor e decidem levar a criança até a cidade de Lapa, para que um médico o examinasse, pois os sintomas poderiam ser coisa grave. Inicia-se então uma viagem angustiante em meio a uma noite escura pela estrada - “a mãe insone chorava, apertando junto ao coração o filho febril e agitado” (RIBAS, 1949, p. 58) -, contrastando o horror que se acentuava na madrugada fria com uma esperança que, a cada momento renascia na personagem, enquanto as “casas grandes, antigas, com janelas fechadas” pelas quais ela passava “mal sabiam que iriam ser testemunhas eloquentes de todo o sangue que ali se derramou e de tudo que ali se sofreu” (RIBAS, 1949, p. 58).

Ao se referir à ameaça iminente do perigo da guerra, relembra a resignação associada às qualidades subjetivas e sociais que cabiam às mulheres da época. Repare-se nas suas palavras: “Aquele coração de mulher não teve mais tranquilidade; longe do marido, sentindo que se precipitavam os acontecimentos, o abatimento que dela tomou conta foi se acentuando com o correr dos dias” (RIBAS, 1949, p. 61). Segundo o relato em tom de diário, a personagem de Aninha “Rezava, junto ao altar: - Virgem Piedosa, tende compaixão dos que sofrem. Apagai a onda de terror que se aproxima. Intercedei por nós” (RIBAS, 1949, p. 61). As inserções de expressão da fé religiosa tocam naquilo que Ricoeur (1991) chama de um contrato inaugural do modelo em virtude do qual o herói recebe a competência de fazer, neste caso, a competência de mãe, do cuidar dos outros, do “esquecer-se de si mesma” se referia, nos atos de reza, a um destinador que é entidade cósmica (Deus e a Santa Mãe), para expressar competências que eram socialmente e culturalmente ensinadas às mulheres.

Apostando no apelo descritivo, a narrativa então continua destacando a onda de terror que se avolumavam naqueles dias da década de 1890:

na cidade sabia-se que a tragédia irromperia, apoteótica, e cada família conhecia já a impossibilidade de retirada; a estrada de ferro fora cortada pelos revoltosos e a Lapa estava condenada ao cerco cruel se não se rendesse. Batalhões patrióticos eram formados e os republicanos, em massa, se alistavam, dispostos a defender a cidade até o fim; as tropas governistas em bonitos uniformes, passeavam pelas ruas entoando canções marciais, enquanto as famílias, recolhidas em casa ou na igreja antiga e solene, rezavam

compungidas pedindo a Deus que poupasse da morte aquele pugilo de homens destemerosos e bravos. As mães heroicas gemiam suspiros de dor que morriam nos lábios, e as palavras de fé, impetuosas, ali estavam como a argamassa em que se assentava a República de Deodoro. (...) Senhor, se é possível, afasta de nós este cálice, mas se é de tua vontade, o beberemos até o fim. (RIBAS, 1949, p. 62).

A cadeia narrativa depende das mulheres partícipes da história. Vozes históricas próprias das mulheres a respeito de acontecimentos coletivos foram organizadas nessa linguagem. Mulheres tão heróicas quanto os republicanos já conhecidos do público, o que toca num problema moral do reconhecimento da dissimetria narrativa entre aquele que faz e aquele que sofre. Emília, via Vanira, faz questão de inseri-las no rol dos heróis da pátria, retratando, especialmente, o “fel de agonias” das suas experiências: em parte, porque, pelos costumes, as mulheres eram designadas a ficar trancadas em casa, enquanto queriam agir na via pública (retratos que dialogam com as defesas de Emília pela inserção das mulheres no espaço público nacional e internacional), de modo que, dessa posição/situação, as mulheres encarnavam duplamente os sofrimentos associados à guerra, pois sentiam que eram capazes de fazer mais do que lhes era designado mediante os perigos e tragédias enfrentadas. Entre silêncios, estrondos, perdas, demoras e ferimentos, a personagem Aninha “chorava sem saber o que fora feito do marido. Não sabia como agir e a dúvida cruel assaltava-a; falava de si para si, em murmúrios” (RIBAS, 1949, p. 63). Já, em outros momentos do texto, as personagens mulheres se ajudam e se fortalecem – “Que é isso, comadre? Calma (...) Ânimo mulher!” (RIBAS, 1949, p. 64) – e até mesmo interagiram com os soldados de ambos os lados.

É, sobretudo, nesses pontos, que a autora relativiza papéis que haviam sido consagrados nas narrativas históricas regionais. Uma das críticas se opera, justamente, sobre o que se comentava na época a respeito dos revoltosos:

‘Os gaúchos são uns monstros e destruirão tudo, tudo’. E se o marido, ansioso, tivesse vindo procurá-la? Podia estar morto, degolado, apodrecido no campo imenso. Contavam tantas coisas... O Crescêncio vira um federalista passar a faca no pescoço de um soldado e beber-lhe o sangue que jorrava, quente. Outro enforcara um capataz porque não quis dar-lhe um par de esporas douradas. (RIBAS, 1949, p. 64).

Ela se refere ao temor e às previsões que circulavam entre os contemporâneos sobre os revolucionários e sua chegada em solo paranaense. Atente-se que o conflito começou a ser tematizado por escrito pela imprensa

contemporânea à guerra. Dentre os jornais que participaram do processo de construção midiática dos acontecimentos, Stica (2015) destaca que “A República” (órgão do Partido Republicano do Paraná), de Curitiba, durante o ano de 1893, foi um importante veículo de propagação de discursos “anti-maragatos”, que atuou no imaginário social de caracterização dos revolucionários como transgressores da moral e dos bons costumes, por meio da repetição de adjetivos depreciativos que funcionaram como um “discurso fundador” da própria historiografia sobre o tema. O modo como os acontecimentos da Revolução foi veiculado, portanto, envolveu um processo de construção simbólica segundo a qual se tornou comum esperar uma “tropa de bandidos que se destinava a pilhagens”, os “inimigos da Pátria” e “perturbadores da ordem”, supostamente comandados por um “monstruoso caudilho; bandido-chefe”, que representavam “ameaças”. Através dessas denominações, os maragatos passaram a ser considerados, por muitas pessoas, como sinônimos de criminalidade, insegurança e regresso em relação às conquistas republicanas, por meio de relatos que amedrontavam a população paranaense. Quando a personagem é interceptada pelas tropas, contudo, outra imagem é criada:

-Procuro meu marido que está no quartel das forças federalistas.

(...) -Sente-se para descansar, dona; mas não devia ter vindo aqui o caminho é áspero (...) não tenha medo, dona, e espere que vamos buscar a condução.

Ela estava perplexa; que era aquilo? Eram aqueles os “federalistas” temidos? Então eles eram humanos? Seriam inverdades o que diziam deles? Logo depois, pálida e trêmula, desembarcava no quartel general e foi conduzida ao Estado Maior. Os homens, altos, com grandes barbas cerradas e escuras, olhavam-na curiosos. Os centauros heroicos tinham, no olhar, a amplitude magnífica do Ideal pelo qual se batiam.

-É a senhora que procura seu marido? Aparício Saraiva fê-la sentar-se e interrogou-a. -Está com fome?

(...) - Manda pôr a mesa, ordenou ele. Em seguida falou: - Seu marido está aqui. A princípio o prendemos, mas um de nossos soldados o reconheceu e contou-nos que ele procurava a família. E voltando-se para um soldado: - Chama aquele moço que veio da Construção. -Sua criança, vejo, está doente e lamento isso. Mas Deus a protegerá.

Deus, eles falavam em Deus! É ela que os julgava bárbaros e destituídos de sentimentos. Mas não. Todos os homens tem a sua hora de fé, de renúncia, de desprendimento (RIBAS, 1949, p. 72- 73).

Nessa narrativa, os revolucionários deixam de ser representados como “outros”, no sentido de não humanos: questiona o olhar dos locais sobre essas tropas, a partir da própria dúvida instaurada na personagem, que demonstrava não saber ao certo se havia e quais eram os ideais pelos quais os revolucionários

lutavam, quando atos de bravura (somente por parte dos republicanos) permeiam a forma como a história permanecia sendo transmitida. A autora não faz uma simples inversão da cidade e seus combatentes, mas introduz elementos para pensar essas identidades coletivas.

A própria resistência legalista parece ser objeto da sua relativização histórica: “as tropas legais mais pareciam uma legião de famintos: as roupas em frangalhos, os olhos congelados pelas vigílias, as faces macilentas; os animais morriam de inação e o mau cheiro começava a encher a cidade heroica” (RIBAS, 1949, p. 69). Segundo esses comentários, “cadáveres enchiam os quintais, as ruas, e o sangue misturado com crânios esfacelados manchava as paredes brancas das casas semi destruídas” (RIBAS, 1949, p. 70). Em certo sentido, o preço dessa delonga foi a morte de inocentes, como o filho do casal do romance, que não resiste, ao final de tudo.

Atente-se que Joaquim, o personagem do pai, adentra no território da Lapa cercado, em nome de salvar a mulher e o filho: “resolveu de qualquer maneira retirá-los da Lapa (...) Não poderia ficar aqui ignorando o destino de minha família” (RIBAS, 1949, p. 71). Mas ele, igualmente à mãe (Aninha), é retratado, nesse aspecto, como movido por um valor oposto aos maragatos, que encarnam aqueles que deixaram no Rio Grande família e tudo o que tinham por um ideal. No meio do caminho, é justamente pelo quartel das forças rebeldes que Joaquim consegue adentrar na cidade da Lapa: eles não só o permitem ficar, como eles se relacionam de forma humana (humanitária) com ele.

Gerando um ângulo da história não preso ao militar e ao político, apresentava-se uma epopeia de pessoas comuns, de civis que não se alistaram. Mobilizando um uso de elementos românticos, como o *topos* do amor trágico e fatal, a paixão aparece como oposta ao sentimento do amor, destituída de sentido lógico na hora de fazer análises e deduções. A paixão na guerra, de qualquer um dos lados, poderia significar trair o sentimento patriota mais profundo, que supostamente deveria ser marcado, antes, pelo amor. Enquanto isso, a guerra surpreende e revela na narrativa “um montão de destroços (...) homens mortos, mulheres violadas, crianças feridas” (RIBAS, 1949, p. 64).

Segundo Cornelsen (2010), a apresentação da batalha, do horror e da barbárie - das quais a percepção humanista desvia o olhar - através dos sentidos, especialmente do olfato (a descrição do cheiro dos cadáveres) é algo recorrente na literatura de guerra na primeira metade do século XX. As imagens da resistência

legalista cedem lugar a uma plástica sensorial, capaz de estabelecer um pacto com o leitor e de produzir efeitos de verdade e de realidade, mas também de relativizar os valores constituintes da própria guerra¹⁴: “as tropas legais mais pareciam uma legião de famintos: as roupas em frangalhos, os olhos congelados pelas vigílias, as faces macilentas; os animais morriam de inação e o mau cheiro começava a encher a cidade heroica” (RIBAS, 1949, p. 69). Depois, recorre-se aos cadáveres, que “enchiam os quintais, as ruas, e o sangue misturado com crânios esfacelados manchava as paredes brancas das casas semi destruídas” (RIBAS, 1949, p. 70).

A partir desses encontros e desencontros, o romance incorpora detalhes históricos para criar o clímax: “Os rebeldes tinham o quartel instalado no alto do cemitério (...) Começou então a deserção nas tropas e 6 de fevereiro troou a artilharia inimiga para o assalto às posições legais” (RIBAS, 1949, p. 69). Nesse momento, a cena de uma mulher forte atravessando os campos de batalha com a criança nas mãos, tomada pela bravura de salvar seu marido, toma conta da narrativa. Emília, portanto, embora tenha citado o marido, não foca no que ele estava fazendo, mas no que a mulher fez para obter informações sobre a sua chegada e agir:

Nesse instante uma ideia dominou-a; e se fosse procurá-lo? Era mulher e podia se introduzir nas linhas inimigas mais facilmente. Depois, levava nos braços uma criança doente e os federalistas deviam também ser humanos; alguns deviam ser pais. E se a metralhassem, mais valia isso que o medo angustiante de que o marido viesse, afrontando a fuzilaria; morria-se apenas uma vez (...) Sentia, nos nervos exaustos, um tremor contínuo e ouvia o pipocar das metralhadoras, pac... pac... pac... Quando cessaria tudo aquilo? Quando deixaria de ouvir os gritos de desespero, os brados de dor, os gestos mudos de imprecação? Ao redor só havia sangue, fome e miséria. (...) Naquela noite de horror, Aninha concebera o plano. Enleando o filho e estreitando-o junto ao peito oprimido, saiu pela cerca arrebetada do quintal e ganhou a rua. Fugia na calada das trevas como o animal espicaçado pela dor e pela tortura. (...) Ela corria desvairada, e o corpo frágil curvava-se sobre a criança; as lágrimas jorravam, quentes, como que transbordando de represa incontida. O pequeno chorava e as mãozinhas ardentes de febre agitavam-se na inquietude da dor. (...) Ganhou o campo e pisando em armas abandonadas, animais mortos e putrefados, corria sempre para alcançar o alto do cemitério (RIBAS, 1949, p. 68).

Reside aí um componente heroico, recorrência da visão clássica da guerra, que é a euforia da ação (oposto do medo paralisante), em cenas marcadas pelo perigo iminente da morte e pela tentativa de adequação ao meio como forma de sobrevivência (CORNELSEN, 2020, p. 38). Apesar disso, esses recursos, aqui, não

fazem da guerra um objeto de culto e de enaltecimento, pelo contrário, convergem para uma estetização da guerra unida a uma moral pacifista. No preço da delonga do conflito estaria contida a morte de inocentes, representados pelo filho do casal do romance, que não resiste ao final de tudo.

Entre os temas que tornam possível - pela proximidade existencial e social - a participação ou a identificação da escritora em esquemas de sua própria experiência com essa narrativa da guerra, de modo imaginário¹⁵, destacamos a questão da morte do irmão: Emília e sua família perderam um irmão, chamado José Dantas, em 1942, que faleceu jovem, muito provavelmente em função da epidemia de tifo, mencionada várias vezes no romance como uma doença que matava muito rápido e em casos de crianças que eram salvas única e exclusivamente pela atuação ágil e pela prontidão de mulheres que atuavam pela saúde pública. O Capítulo IV tem como desfecho o falecimento do irmão ainda bebê da narradora-personagem (quando ela ainda nem havia nascido) em função da guerra. Essa morte marca a identidade narrativa de todos os personagens. No caso da narradora, sua própria vida em versão narrativa inicia com esse peso, que é carregado até o momento da escrita e que, nesse sentido, também marca um início da meta-narrativa contida no livro.

A ocupação profissional e as práticas de lazer e voluntariado de elite que marcaram a trajetória de Emília, entre a Escola Normal (onde atuou décadas) e outras instituições públicas, como a Associação de Puericultura ou a Liga de Assistência, foram acionadas no romance, assim como as próprias competências ligadas ao conhecer e ensinar historiografia e literatura paranaenses, cujos autores dominantes (simbolistas e paranistas) faziam parte do seu repertório e vários deles, seus contemporâneos, frequentavam os mesmos eventos e círculos que ela entre Curitiba e Ponta Grossa e partilhavam em comum um repertório de memórias dos familiares e dos conterrâneos que vivenciaram o conflito.¹⁶

Esse episódio era considerado altamente “digno” de ser contado nos meios letrados, ancorado pela dimensão simbólica dos atos heroicos do período de guerra, narrados como metáfora regionalista e nacionalista e estudado nos manuais escolares paranaenses. As experiências do Cerco da Lapa, a um só tempo, fizeram a vida familiar durante a infância marcada por uma sucessão de desgraças (violência, doença, morte). Notamos aqui o que Lahire (2008) chama de certos padrões recorrentes de “justificativas” para a escrita (“ter coisas a dizer” e, implicitamente, “coisas importantes a dizer”) sobre algum comportamento patriótico, e que depende

dos círculos onde quem escreveu se insere: esses círculos partilhavam desse ethos moralista. O caráter cívico da escrita de Emília, que atravessa suas falas na imprensa e, também, sua escrita ficcional, parece ter um peso significativo na construção de um lugar de fala: ela acionou conhecimentos literários, historiográficos e memorialísticos de sua formação como professora, também mobilizou um repertório de experiências e práticas cívicas (católico-nacionalistas) na sua narrativa literária. Acrescentou ao elogio cívico atribuído à cidade de Lapa uma visão que convertia a face monstruosa dos federalistas, humanizando os sujeitos dos dois lados da guerra, o que, por sua vez, implicou considerar que esses homens e mulheres do passado se viram enlaçados em episódios com os quais precisaram lidar, criando formas de sobreviver de tentar se manterem sujeitos morais (cristãos).

Considerações finais

O livro atendia ao modelo dominante de literatura como missão, isto é, de algo que era capaz de ensinar e cujas lições ligavam-se ao desenvolvimento do Brasil e podia ser lido como um documento acerca da contribuição “das mulheres” (numa perspectiva elitista) para a coletividade, ao passo que apontava que sem a sua força social e cívica enquanto cidadãs, a sociedade estaria, de certa forma, fadada a se tornar (ou a permanecer?) decadente. A narrativa articula, também, nesse sentido, uma referência contrastante das mulheres que vivenciaram - marcadas pela disposição da resiliência - a espera angustiante do retorno dos “seus” homens, tanto os que foram lutar na Segunda Guerra, quanto, anteriormente, no Cerco da Lapa. Ambas as temporalidades evocam cenas vivenciadas por familiares e amigas não só da narradora, como, fundamentalmente, da romancista.

Se, por um lado, *A primavera voltará* reforça uma racionalidade maternalista quanto às atividades de cuidado dos outros historicamente associada às mulheres, o livro não mantém um “pensamento dicotômico que opõe a política ao cuidado, o público ao privado, a ética da justiça à ética do cuidado, o masculino ao feminino” (MARTINS, 2011, p. 18). Tanto o livro pode ser lido como um trabalho sobre si, quanto às disposições que eram tidos por muitos como essencialmente femininos, não foram retratados num lugar à parte da política, mas como atributos de sujeitos

políticos da “Era dos Direitos Humanos”. No Capítulo IV do livro, apropriando-me das palavras de Cornelsen (2010), acentua-se o caráter de uma reflexão literária, em que a alteridade, ao lado das descrições do campo de batalha e do registro de um desfecho social, torna-se uma figura típica da narrativa de guerra.

O ethos patriótico e moralista dos círculos de escritores dos quais fazia parte atravessam o estilo da escrita de Emília, dos seus discursos na rádio, das poesias na imprensa, à ficção. Isso teceu um peso significativo na construção de um lugar social: ela acionou conhecimentos literários, historiográficos, pedagógicos etc., de sua formação como professora, juntamente com um repertório de experiências e práticas católico-nacionalistas para criar um suporte para transmissão da memória. Ao elogio celebrativo, fortemente atribuído à cidade de Lapa na sua época, num contexto propício de rememoração do Cerco da Lapa a autora acrescentou conversões que humanizaram os sujeitos dos vários lados da guerra, o que, por sua vez, implicou considerar que esses homens e mulheres do passado se viram enlaçados em episódios com os quais precisaram lidar, criando formas de sobreviver a eles e, ao mesmo tempo, de se manter no plano moral, cristão e patriótico. O capítulo advoga um teor testemunhal, cujo enquadramento trazia, por fim, um desfecho lacônico: o retorno a uma suposta tranquilidade nas imediações da cidade. À atmosfera tensa e negativa de configuração da imagem da realidade, no qual as motivações dessas personagens não encontram soluções exitosas, opõe-se uma contrapartida (o *topos* do recomeço) que enfatiza a crença dos personagens e da própria narradora que *A primavera voltará*.

Emília Dantas Ribas construiu uma narrativa afeita aos problemas da existência humana e social, partilhados nos anos 1940, sobretudo, por mulheres de elite mediante a Segunda Guerra Mundial e às lutas pela inserção delas na cidadania e em espaços públicos pela via do humanitarismo, relativizando papéis dos heróis e dos vilões, das personagens atuantes em outra guerra, que havia ocorrido no passado, no Paraná. Ao falar na obra de uma escritora específica, não são apenas disposições individuais que estão sendo consideradas, mas uma produção pautada por relações coletivas (entre elas condicionantes de gênero) e nos usos que Emília fez delas em sua escrita literária. Ademais, as breves considerações aqui apresentadas se vinculam à ordem de questionamentos sobre as próprias ligações que podem existir entre indivíduo, sociedade, memória e ficção, e resultaram de um exercício de leitura histórica, que sinaliza um “desfile de

lembranças, imagens de passado, fantasmas” acionado de forma narrativa e simbólica.

A Guáira ordenava seus títulos no formato de coleções e tal estratégia comercial/cultural direcionava o consumo para públicos segmentados, como o das mulheres. Ainda que o livro de Emília Dantas Ribas não exprima na capa ou na divulgação esse tipo de categoria, ele se aproximava bastante dos romances escritos nos anos 1930 por Lúcia Miguel Pereira, publicados pela Editora José Olympio, dos quais Emília Dantas Ribas era leitura e cujas narrativas que se passavam no espaço das famílias de elite cariocas, com personagens principais femininas e seus dilemas frente às transformações sociais. Se Oscar Joseph de Plácido e Silva, editor fundador da Editora Guáira e mecenas de diversas iniciativas culturais dentro e fora do Paraná, “criou uma editora para publicar os amigos”, e desde 1940 registrou os efeitos da guerra nos trabalhos da empresa recém-criada (GOMES, 2021, p. 259, p. 312), a compreensão das condições de produção do livro poderá ainda ser aprofundada por futuros trabalhos, no sentido de averiguar quais eram as relações entre Emília Dantas Ribas e o seu editor, mediadas por um circuito de pessoas e ideias, que começaram recentemente a ser melhor desvelados.¹⁷ Em 2020, a Editora da UEPG anunciou que *A primavera voltará* será reeditado em breve, em um projeto que também engloba a reedição do livro “Numa pequena cidade do grande mundo”, escrito por Judith Dantas Pimentel (1913-1989), irmã mais nova da escritora. Desse modo, as articulações entre processos de socialização, literatura e memória coletiva continuam sofrendo atualizações e o enfoque trazido à tona por este artigo poderá contribuir para pensá-las ao longo do tempo, seja para este caso,¹⁸ seja para outros casos, do ponto de vista do interesse reflexivo em ler a literatura como uma fonte histórica das relações sociais e culturais do próprio período no qual foi produzida.

NOTAS

1. A trajetória de Emília Dantas se inicia na cidade de Ponta Grossa, onde as suas irmãs, assim como ela, formaram-se professoras e parte dos seus irmãos fizeram carreira na Companhia Ferroviária São Paulo – Rio Grande, quando a cidade se tornou um entroncamento ferroviário central no sul do país, entre os anos 1930 e 1950. Emília foi iniciada nas letras, tornando-se leitora nos âmbitos da casa/chácara da família e da escola, por meio de uma educação pautada em princípios católico-nacionalistas e higienistas. Ela se formou no magistério pela Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1929) e se inseriu em posições de docência e direção de escolas a partir dos anos 1930.

Essa ocupação profissional se entrelaçou às transformações políticas ocorridas com a ascensão política de Getúlio Vargas: enquanto Ponta Grossa passava por uma reforma urbana – realinhamento das ruas centrais, ampliação das redes de água, iluminação e do ensino primário público – Emília alcançou um protagonismo público. Ela fez parte do grupo de mulheres paranaenses recrutadas a participar da política governamental do interventor do Paraná Manoel Ribas (entre 1932-1945); publicou diversos textos em jornais (poemas, textos de opinião, crônicas etc.). O sobrenome Ribas se acrescentou ao seu nome, a partir do casamento nos anos 1940 (GUEBERT, 2018). “Em 1946, casou-se com Odilon Ribas e mudou-se para Curitiba, continuando sua carreira no Instituto de Educação do Paraná” (UEPG, 2020, p. 1).

2. Segundo Gomes (2021), a Segunda Guerra Mundial e a profusão do mercado editorial brasileiro estão entre os principais fatores de impacto no perfil da editora e de seus projetos, como a própria crise da importação de papel, que impôs dificuldades. O seu editor, Oscar Joseph Plácido e Silva (1892-1963), que tinha trajetória de envolvimento em iniciativas culturais diversas, “nos anos finais de 1940, já não estava tão ligado às atividades da Editora Guairá que, em verdade, havia retornado ao perfil de edições da Empresa Gráfica Paranaense”. A editora havia adquirido dois sócios (Acyr Guimarães e Benedito José Silveira Peixoto), que investiram nas seções Editorial, Gráfica e de Livraria, mas os investimentos não foram suficientes para retomar o crescimento da empresa que, entre 1945 e 1957, lançou uma média de 14 novos títulos por ano. Em fins dos anos 1940, Plácido e Silva voltou a investir no mercado com o qual estava familiarizado: obras didáticas, principalmente, para o ensino superior. Mas esse mercado já não era o mesmo e embora tenha garantido um respiro à Guairá, não foi suficiente para recolocá-la no circuito nacional, posição que havia relativamente ocupado anteriormente. Em 1949, ele voltou a chefiar a *Gazeta do Povo* e em 1950, tornou-se professor catedrático de Direito na UFPR.
3. Em 1945, por exemplo, a Editora Guairá “lançou a coleção Estante do Pensamento Social e causou burburinho no Paraná ao editar obras de Karl Marx e de autores ligados ao pensamento marxista. Lançada no período de redemocratização, quando o Partido Comunista retornava à legalidade, a coleção pode ser interpretada a partir de uma perspectiva econômica (como estratégia de retorno ao mercado nacional), sem que se perca de vista o fato de indicar a retomada das interpretações marxistas que haviam caracterizado as redes de sociabilidade de Oscar Joseph De Plácido e Silva, no final da década de 1930” (GOMES, 2021, p. 334).
4. “É necessário falar de ‘autorização’, na medida em que a longa escrita é amplamente associada com certa ‘importância social’ em sociedades onde a literatura ocupa uma posição elevada nas hierarquias escolares e culturais e uma propensão desigual de ‘se autorizar a escrever’ condiciona, em grande parte, a captura da escrita” (LAHIRE, 2008, p. 167, trad. livre).
5. A questão da orientação social da ação individual (ou do social incorporado pelo indivíduo) na teoria dos campos é, necessariamente, relacional. Os estudos empíricos derivados dessa abordagem mapeiam posições e disposições sociais relativas a atividades sociais específicas, como, por exemplo, as escolares (LAHIRE, 2008).
6. Norbert Elias é uma referência importante relida por Lahire neste debate, pois segundo ele o indivíduo é formado por uma sociedade da qual não pode se desligar, por meio de interdependências (que se formaram e transformaram ao longo do “processo civilizador”). As trocas constantes e de equilíbrio instável, fazem dos indivíduos, ao mesmo tempo, produtos e produtores da sociedade e das dimensões coletivas e individuais uma espécie de movimento pendular. Elias destacou ao menos três formas de coerção na construção das configurações sociais e respectivos *habitus*: a do meio sobre o indivíduo; a do indivíduo sobre o outro e a do indivíduo sobre ele mesmo.
7. “Identidade no plano da intriga pode ser caracterizada, em termos dinâmicos, pela concorrência entre o agenciamento dos fatos e a admissão das reviravoltas da fortuna que, até a conclusão da narração fazem da intriga uma transformação regulada, desde

uma situação inicial até uma situação final. (...) entre a dispersão episódica e o poder de unificação” (RICOEUR, 1991, p. 168).

8. “Ces textes ‘ont permis de découvrir qu’ils en savaient bien plus qu’ils ne le pensaient, mais aussi quels chemins tortueux il fallait parcourir pour s’en rendre compte’. Plus généralement le récit comme ‘moyen dont nous disposons pour affronter les surprises, les hasards de la condition humaine, mais aussi pour remédier à la prise insuffisante que nous avons sur cette condition” (BRUNER, 2005: 110. *Apud.* LAHIRE, 2008, p. 170).
9. Criada em 1942, a Legião Brasileira de Assistência significou um marco na organização da assistência social no Brasil. Inicialmente direcionou seus esforços para atender as famílias dos soldados brasileiros que estavam na Europa. A primeira-dama Darcy Vargas agregou mulheres das classes mais privilegiadas do país para compor uma legião de combatentes que, mesmo não indo para o cenário da guerra na Europa, deveriam cuidar dos mais necessitados, principalmente das famílias dos pracinhas. Em tempos de paz os serviços seriam prestados em colaboração com o poder público e instituições privadas (MARTINS, 2011, p. 16).
10. “Os dias foram passando e começaram as escamurças; em 13 e 14 de Janeiro as tropas legais trocaram com os rebeldes os primeiros tiros na estrada de Rio Negro. Carneiro determinara a posição das forças e a Lapa preparava-se para a resistência. (...) Os batalhões patrióticos Floriano Peixoto e 15 de novembro guarneciam a cidade e com guardas no Alto da Cruz e no Morro do Monge, Carneiro dominava o movimento dos rebeldes. No centro da cidade cavavam-se trincheiras (...) os federalistas dispendo de força numerosa contornaram por longe a cidade e iniciaram o cerco, interceptando todas as comunicações. A cidade tranquila e bonita era uma praça de guerra, completamente isolada e disposta ao sacrifício” (RIBAS, 1949, p. 66-67).
11. Atente-se que, em outro capítulo do livro, a narradora chega mesmo a utilizar da citação, quando está a pensar na relação entre a Segunda Guerra Mundial e o Racismo: “Ele [Hitler] encontrou a treva em Gobineau. Bebeu-a no ‘Ensaio sobre a desigualdade das raças’. Os dogmatistas raciais enlouqueceram com o livro francês que deplorava que houvesse em França tão poucos nórdicos arianos... Embalde Franz Boas apregoava a ideia científica da unidade humana. ‘A linha de demarcação que Gobineau traçou, não existe, tão pouco há permanência ou imutabilidade de tipos raciais; mesmo na ausência de caldeamento, os tipos raciais nada tem de permanentes. A mobilidade é a lei. Não há raça pura” (RIBAS, 1949, p. 176-177).
12. O nome “Cerco da Lapa” foi atribuído ao conjunto de eventos armados que se desencadearam no interior do Paraná no fim do século XIX, atinentes ao movimento federalista (1893-1895), contestação enfrentada pela recém-proclamada República do Brasil, conforme estouraram violentas cisões políticas entre frações das elites dos estados e a administração central de Floriano Peixoto. A guerra civil se iniciou no Rio Grande do Sul, entre dois grupos contendores: os “Maragatos” (os revolucionários) e os “Pica-paus” (os legalistas). Em 1873 o governo paranaense se colocou oficialmente como oposição aos rebeldes. Os combates em Lapa ocorreram enquanto a cidade foi sitiada pelos federalistas, entre 17 de janeiro e 11 de fevereiro daquele ano, dias em que o regimento do exército resistiu às tropas de Gumercindo Saraiva, até assinar a rendição da cidade (CAMARGO JUNIOR, 2018, p. 66).
13. A produção simbolista (a partir da geração de 1870) investiu numa construção simbólica do Paraná. Integrantes de instituições como o Museu Paranaense (1876), o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900) e o Centro de Letras do Paraná (1912) idealizaram uma poética histórica e republicana, operando discursos fundadores. A produção paranista (a partir dos anos 1920), apelava ao sentimento de pertencimento daquele que vive no Paraná e exaltando a formação social e histórica regional, sobremaneira, em (auto)imagens de um estado branco, fruto da colonização europeia e com apelo patriótico de formação de cidadãos. Do ponto de vista da continuidade entre si, esses movimentos políticos-culturais reuniram documentos e objetos e monumentalizaram batalhas,

personagens e lugares. Suas narrativas abarcam diversas ramificações (OLIVEIRA, 2009, p. 17).

14. O autor problematiza como esse e outros recursos são mobilizados no diário apologético de guerra *In Stahlgewittern* (1920) de Ernest Junger e, em contrapartida, no romance “Nada de novo no front” (1929) de Erich Remarque, que, por assim dizer, funda uma nova tradição, a do pacifismo, “que procurava - em vão! - impedir que o discurso militarista triunfasse (...) e conduzisse o país a um novo ímpeto destruidor” (CORNELSEN, 2010, p. 53).
15. As práticas de escrita pessoal se aproximam aqui das práticas de leitura que, longe de serem reduzidas ao prazer puramente estético, muitas vezes têm uma função moral: permitem aos leitores “aprender a viver”, encontrar soluções práticas a seus problemas diários, comparar-se com os heróis das histórias aprendendo sobre si mesmos, e assim por diante, prendendo sua atenção em situações narradas, identificando-se com personagens, desaprovando a moral da história, rindo, chorando, ficando com raiva ou animados (LAHIRE, 2008, p. 171, trad. livre).
16. “A memória familiar, que se desenvolve por meio das vivências compartilhadas pelos familiares e pela repetição e rememoração compartilhada do passado no presente, é paradigmática para a memória coletiva. (...) As memórias não são simplesmente classificadas em quadros adotados, mas são baseadas em experiências históricas de vida e no estoque de conhecimento em constante mudança do indivíduo que é biograficamente constituído” (ROSENTHAL, 2016, p. 39, tradução livre).
17. Apesar de Bufrem (1995) ter ressaltado a importância da Editora Guáira (suas pretensões editoriais e relações para com o mercado nacional) para compreender a história intelectual do período, a recente tese de Gomes (2021) contribuirá muito para fazer isso. Ela ressalta que a Guáira teve quase duas décadas de duração e registra seus últimos lançamentos em 1957: em 1961, a imprensa de Curitiba registrou uma feira que colocou em liquidação o espólio da extinta Editora Guáira e no mesmo ano o prédio na rua Júlia da Costa, n. 534 – sede da editora – foi destruído em um incêndio. Esse “período de decadência das atividades da empresa, que teve seu auge nos primeiros anos de 1940, somado ao incêndio que destruiu parte importante dos arquivos contribuíram para que, aos poucos, o projeto fosse esquecido” (GOMES, 2021, p. 337-338). Uma das questões que merecem pesquisa era a forma como essa Editora organizou as ditas “leituras femininas”, numa época na qual, segundo Miceli (2001), os “romances para moças” alcançam elevados índices de venda junto aos chamados “gêneros menores”, como os romances policiais e os livros de aventuras, as biografias romanceadas, entre outros.
18. Segundo consta no anúncio publicado no site da UEPG: “com a intenção de contar a história da família na Chácara Dantas, a autora traz um cenário (...) da vida em Ponta Grossa nos anos de 1910 e 1920. Um aspecto relevante do livro, por exemplo, é o destaque que faz sobre as comemorações do centenário de Ponta Grossa, em 1923. O livro de Judith marcará o lançamento de uma coleção sobre o Bicentenário de Ponta Grossa, que será comemorado em 2023. (...) A reedição das obras das irmãs Dantas permitirá à Editora UEPG cumprir seu papel na preservação da memória local, fazendo-a circular” (UEPG, 2020, p. 1).

REFERÊNCIAS

- BRUNER, Jérôme. *Pourquoi nous racontons-nous des histoires?*. Paris: Agora, 2005.
- BUFREM, Leilah. A editora Guáira: contribuições ao debate. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL AVELINO VIEIRA (org.). *História da literatura no Palácio*. Curitiba, 1995.

CAMARGO JUNIOR, Mauro Cezar Vaz. “Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecida pelos paranaenses e pelos brasileiros”: a construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930). Florianópolis, 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CORDOVA, M. J. O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa. *Revista de História Regional*, v. 12, n. 2, p. 151-190, 2007.

CORNELSEN, Elcio. Cenas literárias da Primeira Guerra Mundial: Ernst Junger e Erich Maria Remarque. In: CORNELSEN, Elcio; BURNS, Tom. (org). *Literatura e guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

EDITORA UEPG anuncia reedição de livros das irmãs Judith e Emília Dantas. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020, p. 1. Disponível em: <https://www.uepg.br/irmas-judith-e-emilia-dantas-ribas/>. Acesso em: 7 nov. 2020

GINZBURG, Jaime. Guimarães Rosa e o terror total. In: CORNELSEN, Elcio; BURNS, Tom. (org). *Literatura e guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GOMES, Gilvana de Fátima Figueiredo. *A editora Guaíra: estratégias, sociabilidades e projetos políticos culturais (décadas de 1930/1940)*. Assis, 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista.

GUEBERT, Caroline Aparecida. “Pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha”: Emília Dantas Ribas como a primeira romancista dos Campos Gerais (Paraná, 1949). *Espacialidades*, v. 13, n. 1, p. 37-63, 2018.

LAHIRE, Bernard. De la réflexivité dans la vie quotidienne: journal personnel, autobiographie et autres écritures de soi. *Sociologie et Sociétés*, v. 4, n. 2, 2008.

428

LAHIRE, Bernanrd. *Homem plural: os determinantes da ação*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARIOT, Nicolas. Je crois qu’ils ne me détestent pas: écrire l’intimité dans les correspondances lettrées de la Grande Guerre. *Genèses*, n. 96, p. 62-85, 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações históricoconceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, p. 15-34, 2011.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTALVÃO, Eloy de. A primavera voltará”. *O Dia*, Curitiba, abr. 1951, p. 5.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 20 mar. 2020.

NOTÍCIAS da imprensa sobre “A primavera voltará”. *O Dia*, Curitiba, jan. 1950, p. 4.

NORA, Pierre. Lugares de memória. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, M.; SZWAKO, J. (org). *Ensaio de Sociologia e História intelectual do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010.

RIBAS, Emília Dantas. *A primavera voltará*. Curitiba: Guáira, 1949.

ROSENTHAL, Gabriele. The social construction of individual and collective memory. In: SEBALD; G. WAGLE, J. *Theorizing social memories: concepts and contexts*. New York: Routledge, 2016.

RICOEUR, Paul. Identidade narrativa. In: *O si-mesmo como um outro*. São Paulo: Papyrus, 1991.

SORÁ, Gustavo. *Brasílianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2010.

STICA, Amanda Janz. *Saqueadores, restauradores e inimigos da pátria: a perspectiva do jornal paranaense a república acerca da guerra civil entre picapaus e maragatos (1893-1895)*. Curitiba, 2015. Monografia (História) - Universidade Tuiuti do Paraná. Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/historia/Tcc/rev_hist_12/pdf_12/mono_1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

Caroline Aparecida Guebert é Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como citar:

GUEBERT, Caroline Aparecida. Duas Guerras em Narrativa e a Memória como Transmissão Cultural: uma leitura histórica do Romance *A Primavera Voltará* (Brasil, 1949). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 403-429, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.